

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO AMBIENTAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO AMBIENTAL

DISCIPLINA: AUDITORIA E PERÍCIA AMBIENTAL
RESUMO
Segundo Maia Neto (2012), as auditorias ambientais surgiram no final da década de 1970 nos Estados Unidos da América, onde as empresas as adotaram voluntariamente como uma ferramenta de gerenciamento para identificar antecipadamente os problemas causados por suas operações. As auditorias eram vistas como uma forma de reduzir custos com eventuais correções onerosas. Submetendo-se às auditorias, as empresas se preparavam para as inspeções da Environmental Protection Agency (EPA), porém, segundo Freitas (2001), o papel da EPA em relação à auditoria ambiental foi se modificando ao longo do tempo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO E MOTIVAÇÃO OBJETIVO DA AUDITORIA BENEFÍCIOS E DIFICULDADES NORMAS DE AUDITORIA
AULA 2 ATORES ENVOLVIDOS NA AUDITORIA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE DE AUDITORIA RESPONSABILIDADE ÉTICA AUDITORIA INTERNA
AULA 3 EXECUÇÃO DA AUDITORIA NÃO CONFORMIDADES DE AUDITORIA EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA RELATÓRIO DE AUDITORIA
AULA 4 CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA A PERÍCIA COMO MEIO PRODUTOR DE PROVA OBJETIVOS DA PERÍCIA PERITO JUDICIAL AMBIENTAL COMO AUXILIAR DA JUSTIÇA
AULA 5 FORMULAÇÃO DE QUESITOS QUESITOS SUPLEMENTARES E ESCLARECIMENTOS O CONTEÚDO DO LAUDO PERICIAL AS MELHORES PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DE UM BOM LAUDO PERICIAL
AULA 6 HISTÓRICO BASE LEGAL A QUEM SE APLICA

DESENVOLVIMENTO DA AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- MAIA NETO, J. O surgimento das auditorias ambientais. Portal Opinião Sustentável, 22 jan. 2012. Disponível em: <http://www.opiniaosustentavel.com.br/2012/01/historico-e-consideracoessobre.html>.
- FREITAS, C. G. L. (Coord.). Habitação e meio ambiente – Abordagem integrada em empreendimentos de interesse social. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2001.
- JUCHEM, P. A. Introdução à gestão, auditoria e balanço ambiental para empresas. Curitiba: Faculdade Católica de Administração e Economia – Centro de Desenvolvimento Empresarial, 1995.

DISCIPLINA:

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

RESUMO

A disciplina de Licenciamentos Ambientais aborda vários temas, entre os principais, podemos destacar: avaliação e planejamento ambiental; avaliação de impacto ambiental; licenciamento ambiental; controle e monitoramento ambiental; fiscalização e instrumentos de gestão ambiental e planejamento e gestão de áreas protegidas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRICO

IMPACTO E DANO AMBIENTAL

TIVIDADES SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AULA 2

SISTEMAS DE GESTÃO

CONAMA

MINISTÉRIO PÚBLICO

INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL ASSOCIADOS

AULA 3

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

MODELOS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

ANÁLISE DE RISCO

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

AULA 4

LICENÇA PRÉVIA

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LICENÇA DE OPERAÇÃO

MONITORAMENTO AMBIENTAL

AULA 5

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

PROJETOS URBANÍSTICOS

CONSTRUÇÃO CIVIL

AQUICULTURA

AULA 6

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

ÁREA DE INFLUÊNCIA

PROGNÓSTICO AMBIENTAL

RIMA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama. Resolução Conama n. 1, de 23 de janeiro de 1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/>. Acesso em: 2 set. 2018. _____. Resolução Conama n. 237, de 19 de dezembro de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 1997. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/>.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais. Caderno de licenciamento ambiental. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/ultimo_caderno_pnc_licenciamento_caderno_de_licenciamento_ambiental_46.pdf.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Cartilha de licenciamento ambiental. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2004. 57p. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2018.

DISCIPLINA:

DANOS AMBIENTAIS E ÔNUS FINANCEIRO

RESUMO

Ao longo do tempo, o homem usou os recursos naturais ignorando o fato de que eles eram escassos, simplesmente porque imaginava essa escassez algo muito distante de sua vida. O ar, a água, os rios e os oceanos, o solo e o subsolo, os minérios, as espécies vegetais e animais, os ecossistemas, a estratosfera, tudo isso era chamado pelos economistas de bens livres, pois eram tidos como bens abundantes, disponíveis e acessíveis a todos, sem custo. No entanto, após a segunda metade do século XX, a humanidade se deu conta de que esses recursos ambientais já não eram tão abundantes e que ausência de qualquer um deles seria suficiente para extinguir a vida no planeta. Surgiu, então, a Economia Ambiental. Nesta disciplina será feito um estudo revelando o que o homem causou ao meio ambiente e, as suas consequências, tanto ambientais e financeiras. O ar, a água, os rios e os oceanos, o solo e o subsolo, os minérios, as espécies vegetais e animais, os ecossistemas, a estratosfera, tudo isso era chamado pelos economistas de bens livres, pois eram tidos como bens abundantes, disponíveis e acessíveis a todos, sem custo. No entanto, após a segunda metade do século XX, a humanidade se deu conta de que esses recursos ambientais já não eram tão abundantes e que ausência de qualquer um deles seria suficiente para extinguir a vida no planeta. Surgiu, então, a Economia Ambiental. E, nesta disciplina, será feito um estudo revelando o que o homem causou ao meio ambiente e, as suas consequências, tanto ambientais e, conseqüentemente a isso, financeiras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PRINCÍPIO ORIENTADORES DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

PASSIVOS E DANOS AMBIENTAIS
PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO DOS DANOS
PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

AULA 2

INSTRUMENTOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS DA POLÍTICA AMBIENTAL
INTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE
INTRUMENTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
IMPOSTOS E LICENÇAS NEGOCIÁVEIS

AULA 3

EIA/RIMA
IMPACTO AMBIENTAL
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
AIA NO BRASIL

AULA 4

DANO AMBIENTAL
RESTAURAÇÃO AMBIENTAL OU RESTAURAÇÃO IN NATURA
COMPENSAÇÃO ECOLÓGICA
PROCESSO CIVIL AMBIENTAL

AULA 5

INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DA FAUNA E DA FLORA
INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DOS RECURSOS HÍDRICOS
INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO SOLO
OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

AULA 6

MÉTODOS DE FUNÇÃO DE PRODUÇÃO
MÉTODOS DA FUNÇÃO DA DEMANDA
GESTÃO AMBIENTAL PARA O RETORNO DO INVESTIMENTO FINANCEIRO
EXEMPLOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS

BIBLIOGRAFIAS

- MAGALHÃES, I. Desenvolvimento sustentável. Toda Matéria, 14 maio 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 7 mar. 2019.
- PHILLIPI JUNIOR, A.; ROMÉRIO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2014.
- PIÑERO, E. S. Considerações acerca das diferenças entre o princípio da prevenção e da precaução no direito ambiente. Âmbito Jurídico, Rio Grande, v. XIX, n. 151, ago. 2016. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17706.

DISCIPLINA:

DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

RESUMO

O ser humano existe há apenas 100 mil anos. Isso é muito pouco comparado com os 4,5 bilhões de anos do planeta. No entanto, foi só a partir do século XIX, especificamente durante a segunda metade do século XX, que a presença humana começou a gerar desequilíbrios e distúrbios para o meio ambiente natural. Isso ocorreu por fatores como o avanço da ciência e o surgimento de novas tecnologias, aumento exponencial da população e, conseqüentemente, da produção agrícola e industrial, bem como o uso intensivo de recursos extraídos da natureza.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INÍCIO DA PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL NOS EUA
DESASTRES AMBIENTAIS E O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA INTERNACIONAL
DOCUMENTOS PRECURSORES DO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL
O SURGIMENTO DO NOVO AMBIENTALISMO

AULA 2

CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE MEIO AMBIENTE
ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS QUE ATUAM COM MEIO AMBIENTE
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS ESPECIALIZADAS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

AULA 3

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)
BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA
PROTOCOLO DE CARTAGENA SOBRE BIOSSEGURANÇA (PCB)
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA BIODIVERSIDADE

AULA 4

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC)
CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC)
REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO (REDD+)
ACORDO DE PARIS: UM NOVO COMEÇO?

AULA 5

PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL ATINENTES À ÁGUA
REGULAÇÃO INTERNACIONAL
POLUIÇÃO DAS ÁGUAS INTERNACIONAIS
ESTUDO DE CASO: RECURSOS HÍDRICOS E A AMAZÔNIA

AULA 6

REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAL
CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES
CONVENÇÃO DE BASILEIA SOBRE O CONTROLE DE MOVIMENTOS TRANSFRONTEIRIÇOS DE RESÍDUOS PERIGOSOS E SEU DEPÓSITO
ESTUDO DE CASOS

BIBLIOGRAFIAS

- HASS, P.; KEOHANE, R.; LEVY, M. Institutions for the Earth: Sources of Effective International Environmental Protection. Cambridge: MIT, 1994.
- RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2008.
- SOARES, G. F. S. A proteção internacional do meio ambiente. São Paulo: Manole, 2003.

DISCIPLINA:
DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
RESUMO
Esta disciplina irá expor que, os problemas existentes no contexto do meio ambiente, ainda são tratados de modo insuficiente, sem a devida análise sistêmica e sem a adoção de metodologias eficazes para sua avaliação e manejo adequados. Fenômenos como o aquecimento global, a escassez e a contaminação da água potável, a destruição e o inadequado cuidado com a vegetação natural, a ocupação incorreta de áreas naturais e urbanas, além de outros problemas ambientais que colocam em risco a qualidade de vida no planeta recebem, ainda e infelizmente, tratamento e análises insuficientes por parte de órgãos públicos e de empresas privadas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 MEIO AMBIENTE E RELATOS HISTÓRICOS A ECO-92 E A RIO +20 PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO GLOBAL
AULA 2 DIREITO AMBIENTAL PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL INSTRUMENTOS DE DEFESA DOS BENS AMBIENTAIS
AULA 3 INSTRUMENTOS DA PNMA LICENCIAMENTO AMBIENTAL AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS – AIA: EIA RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)
AULA 4 PLANO DIRETOR BASE PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES – UMA NORMA DA ABNT
AULA 5 PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH) SANEAMENTO BÁSICO, UM OBSTÁCULO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

A INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES COM OS ESPAÇOS URBANOS

AULA 6

RESILIÊNCIA, UMA META PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PASSOS ESSENCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES A
DESASTRES
GESTÃO DE RISCOS URBANOS E CONTROLE DE DESASTRES
GESTÃO DE RISCOS URBANOS E CONTROLE DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ONU – Organização das Nações Unidas Brasil. Transformando nosso mundo: a - Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: - <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.
- ONU – Organização das Nações Unidas Brasil. Transformando nosso mundo: a - Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: - <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.
- ROCHA, L. L. Evolução histórica do Direito Ambiental e responsabilização pelo - dano ambiental no Direito Brasileiro. Jurisway, 21 ago. 2014. Disponível em: - https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=13741. Acesso em: 3 maio - 2019.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

RESUMO

Nos últimos anos, muito foi feito sobre a sustentabilidade e a preocupação sobre a proteção do meio ambiente, o que motivou a sociedade a buscar caminhos para o desenvolvimento sustentável. Ações orientadas por esta ideia têm influenciado organizações em muitos níveis. É necessário que os gestores não encarem as questões socioambientais como obstáculos para o desenvolvimento da empresa, mas sim como uma oportunidade, pois o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais das organizações tornam-nas mais eficientes. Nesta aula, comentaremos sobre os princípios do direito ambiental, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e toda a suas contribuições para a preservação, por criar mecanismos para que a sociedade possa controlar os aspectos e impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento econômico. Cabe salientar que todas as atividades, de alguma maneira, geram impactos negativos e tem algum potencial poluidor. Por esta razão, deve-se garantir, que quando sejam significativos, os seus processos sejam controlados pelo gerenciamento dos seus impactos ambientais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

AVALIAÇÃO DE IMPACTO: CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS APLICADOS AO MEIO AMBIENTE
A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNMA): BASE PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO E RISCO AMBIENTAL
AVALIAÇÃO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

AULA 2

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE CONTROLE DE IMPACTO

AMBIENTAL

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NO AMBIENTE CORPORATIVO
IMPLANTAR UM SISTEMA DE GESTÃO PARA CONTROLE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS
AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

AULA 3

IMPACTOS AMBIENTAIS E ÁREAS DE FRAGILIDADE: BACIAS HIDROGRÁFICAS
IMPACTOS AMBIENTAIS E ÁREAS DE FRAGILIDADE: BACIAS HIDROGRÁFICAS
IMPACTOS AMBIENTAIS E A PROTEÇÃO DA FLORA E FAUNA
PRESERVAÇÃO DO SOLO BRASILEIRO E PRÁTICAS DE CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

AULA 4

RISCOS E DANOS AMBIENTAIS: CAUSAS E SOLUÇÕES
DANO AMBIENTAL: CONCEITOS, VALORAÇÃO E AVALIAÇÃO
REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS
MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

AULA 5

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)
PLANO DE EMERGÊNCIA
MODELO SIMPLIFICADO DE UM PLANO DE EMERGÊNCIA
PLANO DE EMERGÊNCIA PARA RISCOS CLIMÁTICOS

AULA 6

METODOLOGIAS APLICADAS À GESTÃO DE RISCOS
ANÁLISE PRELIMINAR DE PERIGOS
ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS (APR)
ANÁLISE DOS MODOS DE FALHA E EFEITOS (FMEA)

BIBLIOGRAFIAS

- ALENCASTRO, M. S. C. Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa. Curitiba: Inter Saberes, 2013. p. 125.
- BAYER. A. D. Princípios norteadores do direito ambiental. Acessado <https://diegobayer.jusbrasil.com.br/artigos/121943191/principios-norteadores-dodireito-ambiental-resumo> em 21/07/2017
- SÁNCHEZ, LUIS ENRIQUE. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos / Luis Enrique Sánchez. -- 2. ed. -- São Paulo : Oficina de Textos, 2013.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

RESUMO

A maior parte da população brasileira mora nas áreas urbanas. Seguindo uma tendência mundial, a aglomeração nos grandes centros potencializa uma série de problemas, principalmente quando as condições socioeconômicas não são favoráveis. Na realidade brasileira, uma significativa parcela da população enfrenta diretamente as consequências dessa situação, como a existência de um ineficiente saneamento básico, a precariedade

na mobilidade urbana, a falta de moradias, entre muitos outros problemas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO
O ESTATUTO DA CIDADE
SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES
CIDADES INTELIGENTES
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES: UMA NORMA DA ABNT

AULA 2

ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES
CONTRIBUIÇÃO PARA AS CIDADES
MÉTODO COMPOSTO PARA AVALIAÇÃO DE FLORESTAS URBANAS
A INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES COM ESPAÇOS URBANOS
GESTÃO DA FAUNA URBANA

AULA 3

A LEI N. 12.587/2012
PRINCÍPIOS DA MOBILIDADE URBANA
MOBILIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL
MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL
BOAS PRÁTICAS EM MOBILIDADE URBANA

AULA 4

PANORAMA DO RESÍDUO SÓLIDO NAS CIDADES BRASILEIRAS
AS LEIS AMBIENTAIS APLICADAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ATERROS SANITÁRIOS E LIXÕES
BONS EXEMPLOS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

AULA 5

A OFERTA DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
O PROBLEMA DO ESGOTO NAS CIDADES BRASILEIRAS
ENCHENTES E INUNDAÇÕES
O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)
BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

AULA 6

QUAIS SÃO OS DESAFIOS DAS CIDADES?
O CRESCIMENTO DAS CIDADES E A PERIFERIZAÇÃO
PLANO DIRETOR
BASE PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO
COMO CONSTRUIR CIDADES SUSTENTÁVEIS?

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Desenvolvimento sustentável de comunidades. São Paulo; Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<http://www.abnt.org.br/noticias/5103-desenvolvimento-sustentavel-decomunidades>.

- ABNT PUBLICA norma sobre desenvolvimento sustentável de cidades (NBR ISO 37120:2017). Ambiente Energia, 19 maio 2017. Disponível em <https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2017/05/abnt-publica-normasobre-desenvolvimento-sustentavel-de-cidades-nbr-iso-371202017/31565>.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

DISCIPLINA:
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

“Não basta ter domínio de um conhecimento para saber como ensiná-lo”. Expressões como esta destacam a importância da didática: a forma como o professor proporciona a aprendizagem para seus alunos e como a interação entre eles interfere no conhecimento produzido. Nesta disciplina você está convidado a compreender diversos processos de intervenções e orientações pedagógicas com enfoque na Educação Ambiental. Seja bem-vindo a ela!

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
SUPERANDO A VISÃO INGÊNUA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
O EDUCADOR AMBIENTAL
MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AULA 2

MACROTENDÊNCIA DE LONGA TRADIÇÃO
MACROTENDÊNCIA CRÍTICA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA CRÍTICA E TRANSFORMADORA –
EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
OBJETIVOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA CRÍTICA E
TRANSFORMADORA

AULA 3

METODOLOGIA DE PROJETOS
PROJETOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA-DIDÁTICO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NOSSO PROJETO MUNDO - PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPA

AULA 4

NOSSO PROJETO MUNDO: QUINTA E SEXTA ETAPAS
NOSSO PROJETO MUNDO: SÉTIMA E OITAVA ETAPAS
NOSSO PROJETO MUNDO: NONA ETAPA QUAIS RESULTADOS ESPERADOS?
ALCANCES DO NPM-EA
AVALIAÇÃO DO PROJETO, AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E NOVAS AÇÕES

AULA 5

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL: ONGS AMBIENTALISTAS
RECURSOS E PRÁTICAS UTILIZADAS PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
METODOLOGIAS ATIVAS

AULA 6

MODELOS DO ENSINO HÍBRIDO
INVERTENDO A FORMA DE ENSINAR
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS (PBL)
APRENDIZAGEM POR PARES (PEER INSTRUCTION)

BIBLIOGRAFIAS

- LIBÂNEO; J. C. Prática educativa, pedagogia e didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MORAES; M. C. Transdisciplinaridade, criatividade e educação: fundamentos ontológicos e epistemológicos. Campinas: Papyrus, 2015.
- TRATADO de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

DISCIPLINA:

RECURSOS HÍDRICOS: GERENCIAMENTO E LEGISLAÇÃO

RESUMO

Quando pensamos na evolução histórica da tutela legal dos bens ambientais, e nos recursos hídricos de forma particular, percebemos que, ao longo dos anos, especialmente em épocas mais recentes, as ações de manutenção e controle da qualidade ambiental têm evoluído de forma notável. Muitos são os fatores que contribuem para a crescente preocupação em preservar o meio ambiente. Podemos pensar em uma maior visibilidade dos problemas ambientais, e ainda em uma conscientização da população, o que de fato representa uma contribuição ao tema, mas muitos outros fatores imperam de forma importante, como a evolução das normas e os requisitos legais que versam sobre o meio ambiente dentro da legislação ambiental vigente, além das exigências do mercado consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PROBLEMAS AMBIENTAIS
QUALIDADE AMBIENTAL
PROTEÇÃO AMBIENTAL
DESENVOLVIMENTO RESPONSÁVEL

AULA 2

CONFERÊNCIAS, INSTRUMENTOS E POLÍTICAS INTERNACIONAIS
ACORDOS MULTILATERAIS GLOBAIS E REGIONAIS E DE DELIMITAÇÃO DE
FRONTEIRAS
ÁGUA E GLOBALIZAÇÃO: O DESAFIO DAS NAÇÕES
O CONCEITO DE ÁGUA VIRTUAL E DE PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

AULA 3

CRIMES AMBIENTAIS
POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA O DESENVOLVIMENTO PLANEJADO
RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

AULA 4

CONSERVAÇÃO DA ÁGUA
INSTRUMENTOS APLICÁVEIS À GESTÃO E CONTROLE AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS
POLUIÇÃO HÍDRICA
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA RECURSOS HÍDRICOS

AULA 5

CICLO HIDROLÓGICO E BACIAS HIDROGRÁFICAS
SANEAMENTO AMBIENTAL
POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)
DESAFIOS, DESENVOLVIMENTO LOCAL E CONSCIENTIZAÇÃO POPULAR

AULA 6

LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS E INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS
GESTÃO INTEGRADA: RECURSOS HÍDRICOS X SANEAMENTO BÁSICO
GESTÃO PARTICIPATIVA DAS ÁGUAS
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- CORTE, T. D.; PORTANOVA, R. S. A evolução do tratamento jurídico das águas: direito humano e patrimônio comum da humanidade. Publicadireito, 2018. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=35817bda28b111aa>.
- FÖEGER, T. J. Água: um bem social ou um recurso econômico? O caso do assentamento de Joeirana – São Mateus (ES). Geografares, jun. 2002. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1123/838>.
- GLOSSÁRIO Ambiental. Ambiente Brasil, 2018. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/glossario_ambiental/glossario_ambiental_-_p.html. Acesso em: 29 dez. 2019.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL AMBIENTAL

RESUMO

As questões ambientais passaram a permear nossas vidas. Nas últimas décadas, tornou-se cada vez mais presente a reflexão do quão importante é, nessa área, uma mudança de postura e de pensamento de toda a sociedade. Inúmeras questões relacionadas ao meio ambiente têm a ver com o dilema: como suprir as necessidades e, ao mesmo tempo, conservar ou produzir novos recursos, sem esgotar ou poluir o meio em que vivemos? Devemos refletir a respeito das prioridades, das consequências das escolhas que fazemos e dos efeitos que elas causam ao meio ambiente. Para a exploração dos recursos, passamos a utilizar parâmetros estabelecidos por estudos científicos e a

apostar na educação ambiental. O ato de consumir deve ser repensado e planejado por toda a cadeia produtiva, que termina na destinação correta do produto consumido – enviado para reciclagem ou para aterros controlados e preparados para receber o material, desde que não se tenha outra forma de descarte.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A ECONOMIA E O MEIO AMBIENTE
AUMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE ITENS INDUSTRIALIZADOS
GLOBALIZAÇÃO
FORMAS DE POLUIÇÃO

AULA 2

PRINCÍPIOS DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO E DO POLUIDOR PAGADOR
PRINCÍPIOS DA SADIA QUALIDADE DE VIDA E DO USUÁRIO PAGADOR
PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO
PRINCÍPIOS DA REPARAÇÃO E DA INFORMAÇÃO

AULA 3

COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE O DANO AMBIENTAL
OBRIGAÇÃO AMBIENTAL
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
SANÇÕES RESTRITIVAS DE DIREITO
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL
RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

AULA 5

CRIME
AÇÃO E PROCESSO PENAL AMBIENTAL
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES
CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

AULA 6

CRIMES CONTRA A FLORA
POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS
CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1978. Washington, D.C. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5961>. Acesso em 10 set. 2019.
- IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DISCIPLINA:
DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

Em nossa disciplina, vamos conhecer os princípios e conceitos mais importantes do direito ambiental e as principais legislações brasileiras aplicadas à proteção do meio ambiente. Iniciaremos nossas primeiras aulas conhecendo a história do direito ambiental brasileiro e o contexto histórico em que ela se encaixa. Em seguida, abordaremos seus conceitos e princípios. Estudaremos a fundo a Política Nacional do Meio Ambiente e seus principais instrumentos de aplicação, como o licenciamento ambiental. Posteriormente, vamos conhecer os instrumentos legais para a proteção da fauna, flora, recursos hídricos, meio terrestre e meio atmosférico. Lembre-se de que a legislação brasileira está em constante atualização. Assim, é necessário sempre estar atento às mudanças que ocorrem tanto no cenário nacional quanto em cenários estadual e local..

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL
DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO
DIREITO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO
PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO AMBIENTAL

AULA 2

RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS
REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL
A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA AMBIENTAL
O SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

AULA 3

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS
LICENCIAMENTO AMBIENTAL
PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL
ZONEAMENTO AMBIENTAL

AULA 4

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS
CRIMES CONTRA A FAUNA E A FLORA

AULA 5

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO
OUTORGA DE USO, COBRANÇA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS

POLÍTICA NACIONAL DO SANEAMENTO BÁSICO
NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

AULA 6

INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE
ZONEAMENTO INDUSTRIAL
RESÍDUOS SÓLIDOS
OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

BIBLIOGRAFIAS

- FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MATTHES, R. Manual de direito ambiental. São Paulo: Rideel, 2020.
- RODRIGUES, M. A. Direito ambiental esquematizado. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

DISCIPLINA:

IMPACTOS AMBIENTAIS - DIREITO AGRÁRIO E AGRONEGÓCIO

RESUMO

O agronegócio no Brasil apresenta grande representatividade, pois aproximadamente um terço do produto interno do país (PIB) provém de atividades relacionadas a esse setor da economia. Dentro da ótica do agronegócio, o Brasil pode ser considerado um país com boas perspectivas para o futuro, pois apresenta uma grande diversidade de ambientes, com climas variados, solos produtivos e ainda sem qualquer tipo de uso, sendo, portanto, espaços de interesse para várias formas de produção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE AGRONEGÓCIO OU AGROBUSINESS
RECURSOS AMBIENTAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS
CAUSAS DE PERDA DA BIODIVERSIDADE
PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MUNDO E NO BRASIL

AULA 2

DIREITO À PROPRIEDADE IMÓVEL URBANA E SUA FUNÇÃO SOCIAL, USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL
TERRENOS DE MARINHA
FRONTEIRAS, TERRITÓRIOS E FAIXAS DE FRONTEIRA
CONTRATOS AGRÁRIOS

AULA 3

CONTEXTO RURAL NO BRASIL
DEBATES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: TESES FAVORÁVEIS
DEBATES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: TESES CONTRÁRIAS
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

AULA 4

GESTÃO PÚBLICA DOS ESPAÇOS RURAIS NO BRASIL
CADASTRO PÚBLICO DOS ESPAÇOS RURAIS

CADASTRO DECLATÓRIO NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS
CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

AULA 5

SNUC E OS DESAFIOS DE SUA GESTÃO
CÓDIGO FLORESTAL
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS)
RESERVA LEGAL (RL)

AULA 6

EXPLORAÇÃO FLORESTAL: COMPETÊNCIAS
EXPLORAÇÃO FLORESTAL: DESMATAMENTO
EXPLORAÇÃO VEGETAL: MANEJO FLORESTAL, REFLORESTAMENTO E UTILIZAÇÃO DO FOGO
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

BIBLIOGRAFIAS

- HECKMAN, J. J. China's investment in human capital. *Economic Development and Cultural Change*, v. 51, n. 4, p. 795-804, 2003.
- MENDONÇA, S. R. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *Histórias e Perspectivas*, v. 32, n. 33, p. 91-132, 2005.
- NETO, C. R.; NASCENTE, A. S. O agronegócio da fruticultura na Amazônia: um estudo exploratório. Porto Velho, RO: Embrapa, 2005.